CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 671/70

PARECER CEE Nº 292/74
Aprovado por Deliberação
de 13/02/74

INTERESSADO - Otamar Zocco

ASSUNTO - Faculdade de Engenharia de Barretos - Irregularidades arroladas em ofício dirigido ao Ministro da Educação e Cultura.

CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU

RELATOR - Cons. Alpínolo Lopes Casali

HISTÓRICO - O Delegado Regional do Ministério da Educação e Cultura em São Paulo, recebeu solicitação do Diretor do Departamento de Assuntos Universitários daquele Ministério, para que fossem tomadas providências "sobre supostas irregularidades que estariam ocorrendo na Faculdade de Engenharia de Barretos", conforme carta enviada ao Ministro da Educação e Cultura.

Como o Conselho Estadual de Educação já havia entendido que aquela Faculdade está vinculada ao sistema estadual de ensino, o Delegado Regional do MEC, enviando-lhe cópia da carta-denúncia, solicitou o seu pronunciamento sobre "qual a providência que poderia ser tomada para apurar a veracidade das acusações, a fim de poder esta Delegacia informar ao D.A.U." (fl. 100).

Os fatos que, no entendimento do signatário da carta, sr. Otamar Zocco, constituem-a as irregularidades, seriam de duas ordens. Uma do interesse da Comissão de Encargos Educacionais, outra da alçada da Câmara do Ensino do Terceiro Grau.

Os primeiros fatos já foram objeto de exame da Comissão de Encargos Educacionais, como elucidada a Indicação CEE/CENE nº 40/73, aprovada por, Deliberação do Conselho Pleno, em sessão plenária realizada a 18 de agosto de 1973.

Os fatos sujeitos, em princípio, ao Conhecimento da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, são os seguintes:

- 1º) A Faculdade cancela a matrícula dos alunos que forem apanhados "colando" durante as provas e, com isso, os prejudica;
- 2º) A Faculdade indeniza o "professor um mês antes do término das aulas, e com intensões de acumular a matéria para que os alunos possam cursar novamente por motivos de brigas pessoais entre o diretor e o professor";
- 3º) A Faculdade "quer fazer nome, e assim exige dos alunos aquilo que não oferece, dificultando as provas, forçando os alunos a ficarem com matérias dependentes e não pedirem transferência."

A carta-denúncia não está datada. Não se sabe se o seu signatário é ou não aluno da Faculdade, Abaixo do seu nome, lê-se simplesmente "p/ alunos".

O Regimento da Faculdade, o aprovado pelo Conselho e, portanto, em vigor, não prevê a hipótese de cancelamento de matrícula pelo emprego de meios fraudulentos durante a realização das provas.

APRECIACÃO – Como preâmbulo, registra-se que a carta denúncia, em vista dos trechos transcritos entre aspas, não prima pela clareza, precisão e até pela correção.

Há, neste Conselho, os autos do Processo CEE n° 1932/72, motivado por denúncias e queixas de alunos e professores da Faculdade. Preliminarmente, a Faculdade foi visitada pelo Prof. Afonso Celso Fraga Sampaio do Amaral, então integrante da Assessoria Técnica do Conselho.

O objetivo da visita foi o de verificar a procedência ou não das denúncias e queixas. Realizada a visita, dela o Prof. Afonso Celso apresentou relatório com outras informações positivas e negativas à Faculdade, instruído por documentos.

Os fatos trazidos ao conhecimento do Conselho Estadual de Educação pela Delegacia Regional do MEC devem ou podem encontrar-se relacionados com os que foram levados para o bojo daqueles autos.

Ademais, após a visita feita à escola pelo funcionário do Conselho, aconteceu na Faculdade, uma longa série de fatos e atos, cujo afeiçoamento à Lei, às normas do Conselho e ao regimento deve ser conferido para o própria bem dela.

Assim sendo, em lugar de serem examinados no âmbito destes autos, as três alegações devem ser acrescentadas, àquelas que determinaram a abertura do Processo CEE n° 1932/72.

Entrementes, dar-se-á conhecimento à Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura, como solicitado, não só da providência, ora proposta, como também da Deliberação que aprovou a Indicação CEE CENE n° 40/73, o que ainda não ocorreu (fl. 120 e 121). A propósito, deve ser corrigida a menção do "Interessado" na citada Indicação.

Esse ponto de vista do Relator, que se concretiza na conclusão que, se aprovada, se "converterá em parecer da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, será submetido, a seguir, à Deliberação do Conselho Pleno.

CONCLUSÃO: As alegações feitas por Otamar Zocco, em carta dirigida ao sr. Ministro da Educação e Cultura a respeito de irregularidades que teriam sido praticadas na Faculdade de Engenharia de Barretos, trazidas ao conhecimento do Conselho Estadual de Educação por intermédio da Delegacia Regional do Ministério em São Paulo, devem ser examinadas nos autos do Processo CEE nº 1932/72, que trata de matéria de igual natureza. O Conselho Estadual de Educação dará conhecimento à Delegacia Regional do MEC das providências tomadas, em atenção à sua expressa solicitação, inclusive no que tange à Indicação CEE CENE nº 40/73, aprovada por Deliberação do Conselho Pleno em sua sessão plenária de 18 de agosto de 1973.

São Paulo, 21 de janeiro de 1974

a) Conselheiro Alpínolo Lopes Casali - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do Voto do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Luiz Ferreira Martins, Oswaldo A. Bandeira de Mello, Olavo Baptista Filho, Rivadávia Marques Jr. e Wlademir Pereira.

Sala das Sessões, em 13 de janeiro de 1974

a) Conselheiro Moacyr E. Vaz Guimarães - Presidente